

**GABINETE DA CORREGEDORIA
SETOR DE CORREIÇÃO/2014**

2^a VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA
JUÍZA FEDERAL TITULAR Dra. MARIANNA CARVALHO BELLOTTI
JUIZ FEDERAL SUBSTITUTO Dr. JAMYL DE JESUS SILVA

Partindo de levantamentos realizados no questionário da Autoinspeção, bem como nas informações da última correição e nos mapas estatísticos disponíveis na Seção Judiciária, realizou-se, no período de 07 até 10/04/2014, a correição ordinária presencial da 2^a Vara Federal de Volta Redonda, em decorrência da qual seguem as seguintes Recomendações, que devem ser analisadas e transformadas em ações concretas, em prazo razoável, tendo em vista a superação da realidade constatada.

RECOMENDAÇÕES

- 1) Buscar dar cumprimento à Meta 2, critério 2014, com 30 processos;
- 2) Buscar o cumprimento da Meta 4/2014 do CNJ, nas ações de crimes contra a administração pública (19 processos);
- 3) Retomar o andamento dos processos de verificação obrigatória, quanto aos feitos relativos à Ação de Reintegração/Manutenção de Posse – 43 processos;
- 4) Observar o andamento dos processos parados uma vez que constam, 87 há mais de 30 dias; 63 há mais de 60 dias e 28 (executivos fiscais) há mais de 121 dias;
- 5) Atentar para o controle da prescrição penal.



ATUAÇÃO DOS JUÍZES

Divisão dos processos finais pares e ímpares

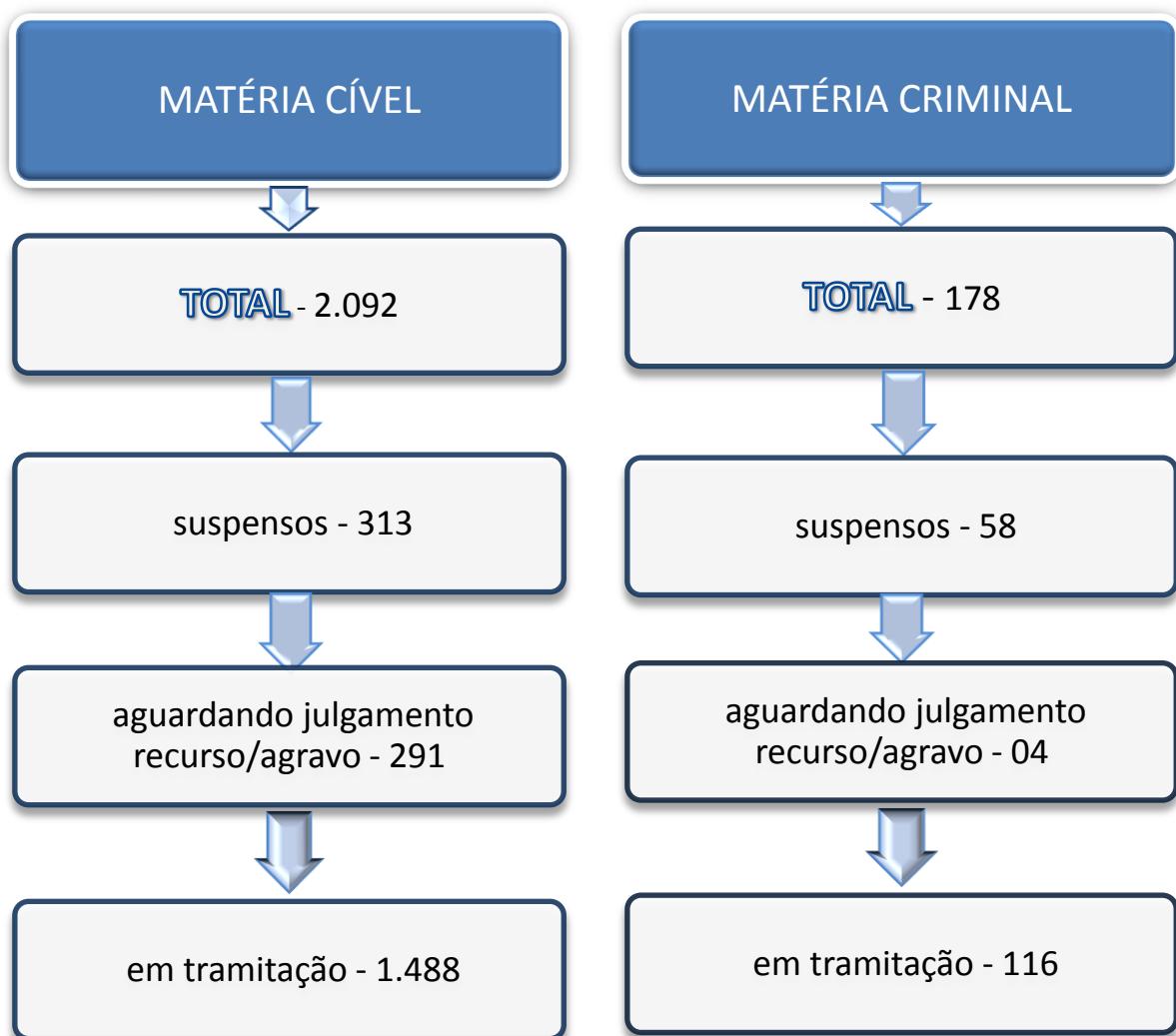
- Conforme informado no questionário de autoinspeção: "...incumbe a Juíza Titular o processamento dos feitos PARES e ao Juiz Substituto os feitos ÍMPARES..."
- **Titular:** foi removida para a 2a Vara Federal de Volta Redonda em 19/12/2013, quando assumiu a titularidade, tendo entrado em exercício após o trânsito em julgado deferido nos termos da Portaria nº TRF2-PTC-2013/00375, com afastamento para gozo de férias no período de 20.01 a 18.02.2014.
- **Substituto:** atua desde 16/11/2012, com afastamento autorizado pelo período de 04 e 05 de julho para defesa de dissertação de mestrado, conforme despacho nº TRF2-DES-2013/09376, gozo de férias no período de 15.07 a 13.08.2013, consoante Portaria nº TRF2-PTC-2013/00199.

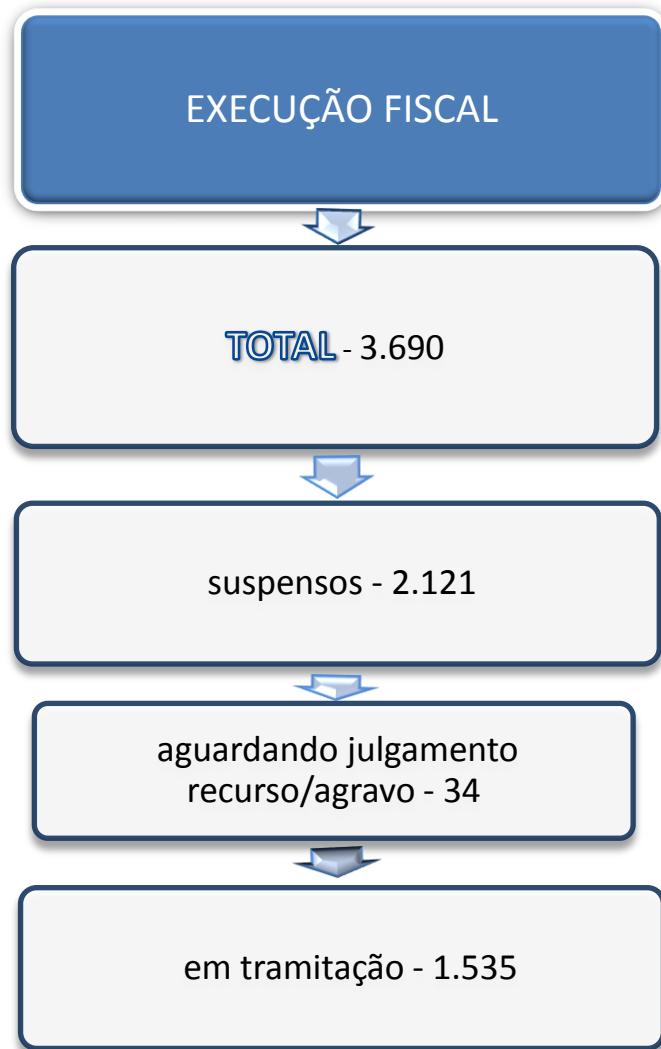
ORGANIZAÇÃO - 13 SERVIDORES

02 Analistas Judiciários	10 Técnicos Judiciários	01 Técnico Judic/Segurança e Transporte	04 estagiários
--------------------------	-------------------------	---	----------------

ACERVO TOTAL (CÍVEL, EXECUÇÃO FISCAL E CRIMINAL)

5.960 (02.04.2014)





Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1^a Instância/Juizado Especial Federal ,
constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do
Sistema Apolo, relativo ao mês de abril/2014.

**TOTAL DE ATOS
PROCESSUAIS
INTIMADOS**

**(02/10/2013 ATÉ
02/04/2014)**

• 5.471

DESPACHOS

Tempo médio
conclusão/intimação: 46
dias

• 3.176

DECISÕES

Tempo médio
conclusão/intimação: 56
dias

• 1.548

SENTENÇAS

Tempo médio
conclusão/intimação: 50
dias

• 747

TOTAL DE SENTENÇAS PROFERIDAS (02/10/2013 a 02/04/2014)

747



MATÉRIA CÍVEL - 727

MATÉRIA PENAL - 20

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Mariluse Bandez Vilardi

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel - Intimados.

METAS DO CNJ

Metas Nacionais para 2014 aprovadas no VII
Encontro Nacional do Judiciário

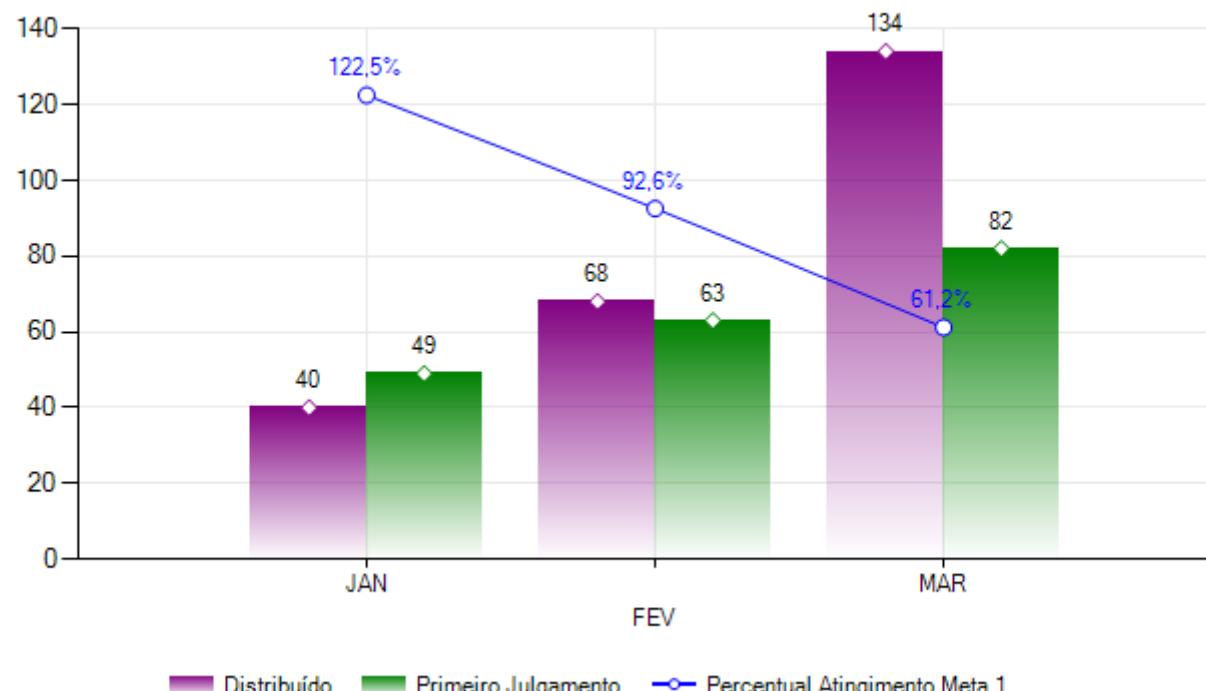
I - META 1/2014

Julgar quantidade maior de processos de
conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Ano de 2013: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

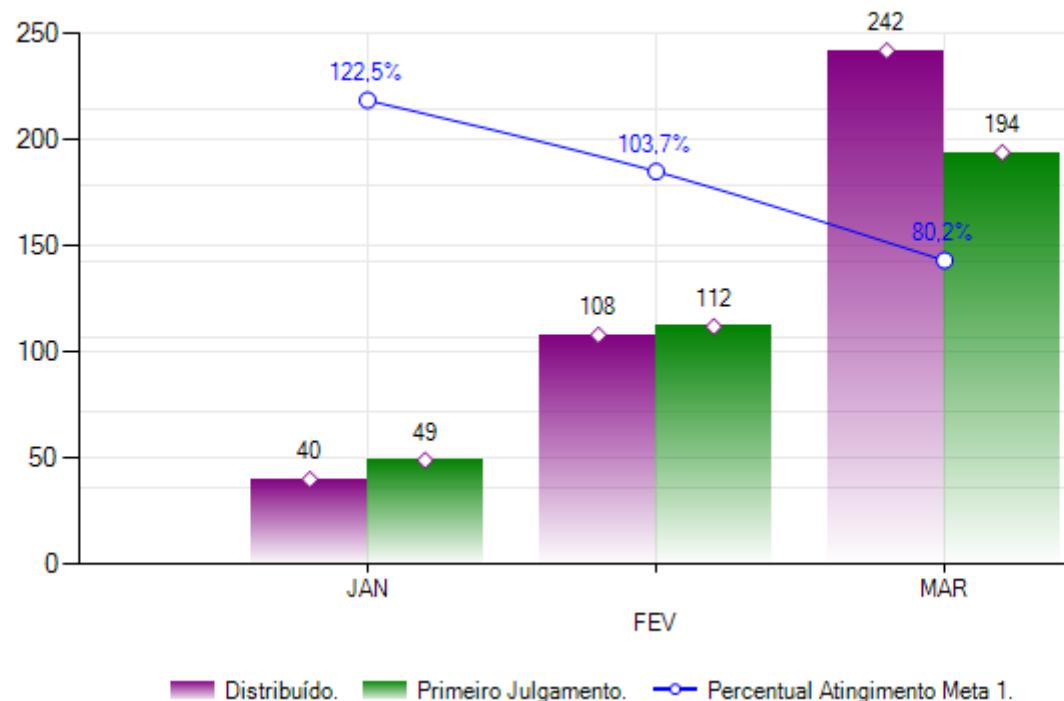
2014

Meta 1 - Acompanhamento Mensal (02ª VARA FEDERAL DE VOLTA
REDONDA)



Situação parcial - ano de 2014: Gráfico do Portal de Estatísticas da 2ª Região.

Meta 1 - Acompanhamento Acumulado (02ª VARA FEDERAL DE VOLTA REDONDA)



Através do grafico acima constata-se que a Meta, para os meses de janeiro a março/2014 foi atingida.

II - META 2/2009

Julgar todos os processo distribuídos até 31/12/2005.

- Não há eventos registrados para o período. Meta 2 cumprida.

III - META 2/2010

Julgar todos os processo distribuídos até 31/12/2006.

- Conforme apurado no Portal de Estatística da 2ª Região, foram encontrados 02 processos pendentes de julgamento. Os processos analisados encontram-se com regular andamento e com a etiqueta de “Meta 2”.
- Processos 00009883320064025104 (par);
- e 04038037919994025104 (ímpar).

IV - META 2/2014

Julgar 100% dos distribuídos até 2008 e 80% dos distribuídos em 2009 no primeiro grau, 100% dos distribuídos até 2010 e 80% dos distribuídos em 2011 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.

Constam 30 processos incluídos nesta Meta.

Foram consultados, por amostragem, os processos abaixo relacionados, não sendo encontradas irregularidades em suas tramitações. Todos os processos encontram-se com etiqueta de "Meta 2".

Processos final ímpar:

00011954220074025154;	00013171120074025104;
00021399720074025104;	00032857620074025104;
00038799020074025104;	00000471520084025104;
00009219720084025104;	00007677920084025104;
00024895120084025104;	00029858020084025104;
00033711320084025104;	00015930820084025104;
00020816020084025104;	00031538220084025104;
00026696720084025104;	
00031970420084025104.	

Processos final par:

00032026020074025104;	00012969820084025104;
00023145720084025104;	00015966020084025104;
00035123220084025104;	00027865820084025104;
00027865820084025104;	00042589420084025104;
00018668420084025104;	00023145720084025104;
00023847420084025104;	00035123220084025104.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Mariluse Bandez Vilardi

V - META 4/2014

Identificar e julgar as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, 100% das distribuídas até 31/12/2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

- Crimes contra a administração pública:

Dos 19 processos referentes à crimes contra a administração pública apurados, com base no mapa estatístico no dia 02/04/2014, foram verificados, por amostragem, os seguintes processos:

- 1) 2001.51.04.000097-9: distribuído no dia 19/01/2001, com denúncia oferecida no dia 10/07/2009 e recebida em 31/08/2009 pelo crime previsto no artigo 168-A, na forma do artigo 70 do CP. À fl. 383, o MPF requereu 90 dias para verificar se o parcelamento foi rescindido. Consta como último movimento o despacho de fl. 387, proferido no dia 27/01/2014, deferindo o pleito ministerial. Há etiqueta de meta 4 na capa dos autos e também há controle de prescrição.
- 2) 2009.51.04.001699-8: distribuído no dia 18/06/2009, o presente incidente de insanidade, apresenta como últimos movimentos o despacho (fl. 127) assinado no dia 05/02/2014, com ciência do MPF (fl. 129, v.) em 19/02/2014. Oportuno sublinhar que os presentes autos estão apensados à ação penal de nº 2004.51.04.001838-9. Há etiqueta de meta 4 na capa dos autos e também há controle de prescrição.
- 3) 2002.51.01.526055-6: redistribuído no dia 11/09/2009, com denúncia recebida em 15/03/2011 pelo crime previsto no artigo 312, § 1º do CP. Constam como últimos movimentos a ata da audiência do dia 11/03/2014 (fl. 1.086), realizada pela 12ª VF de Brasília/DF, que ouviu duas testemunhas de acusação e determinou a devolução da carta precatória e a certidão de fl. 1.092. Há etiqueta de meta 4 na capa dos autos e também há controle de prescrição.

4) 2004.51.01.502982-0: redistribuído no dia 07/12/2007, com denúncia recebida em 27/08/2009 pelo crime previsto no artigo 1º, I, da Lei 8.137/90. Há etiqueta de meta 4 na capa dos autos e também há controle de prescrição.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Guilherme de Q. Vieira

AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS

Constam 08 processos incluídos nesta Meta.

Processos com final par:

00027865820084025104 e 00004923320084025104.

Processos com final ímpar:

00001098420104025104;

00026696720084025104;

00010896520094025104;

00036416120134025104;

00014074320124025104 e

00003531320104025104.

Todos foram consultados, não havendo irregularidades em suas tramitações.

AÇÕES ORDINÁRIAS

Não há dados a relatar.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Mariluse Bandez Vilardi

VI - META 5/2014

Reducir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença.

À vista de que ainda não foi disponibilizado no Portal de Estatísticas da 2ª Região mapas relativos à Meta 5, foram consultados os mapas relativos à Meta 3/2013, quanto ao total de processos em trâmite de execução fiscal e não-fiscal, em abril/2013 e abril/2014, a saber:

- abril/2013: 1.829 total de processos de execução fiscal e 371 não-fiscal;
- abril/2014: 1.491 total de processos de execução fiscal e 220 não-fiscal.

Verificando-se no período: uma redução de 18,49% em matéria fiscal e 40,71% em matéria não-fiscal.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Mariluse Bandez Vilardi

Fonte: Mapas extraídos do Portal de Estatísticas 2ª Região, link CNJ,
de 02 de abril de 2014.

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CÍVEL

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO:

- Não há dados a relatar.

AÇÃO POPULAR:

- Não há dados a relatar.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA: 07 processos

Processos:

00022351520074025104;
00027036620134025104;
00034554320104025104;
00018668420084025104.

00013462220114025104;
00014464020124025104;
00042589420084025104;

Todos os processos foram analisados não foram encontradas irregularidades em suas tramitações.

AÇÃO DE USUCAPIÃO:
03 processos

Processos:

00001047020124025111;
00014711920134025104;
00017674120134025104.

Todos os processos foram analisados não foram encontradas irregularidades nas suas tramitações.

AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO:
03 processos

Processos:

00028117620054025104;
00330383019974025104;
e 00311468619974025104.

Foram analisados todos os processos não foram encontradas irregularidades em suas tramitações.

**AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO/MANUTENÇÃO DE
POSSE: 43 processos**

Todos os processos são eletrônicos. Foram analisados, por amostragem, os seguintes processos:

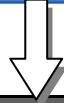
00001227820134025104;	00001479120134025104;
00002084920134025104;	00002518320134025104;
00002916520134025104;	00003340220134025104;
00004050420134025104;	00006857220134025104;
00001744520114025104;	00001244820134025104;
00001703720134025104;	00002128620134025104;
00002526820134025104;	00004102620134025104;
00001391720134025104;	00002231820134025104;
00002665220134025104;	00003972720134025104;
00002067920134025104;	00002413920134025104;
00004016420134025104;	00004561520134025104.

Não foram encontradas irregularidades em suas tramitações.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Mariluse Bandez Vilardi

PROCESSOS DE VERIFICAÇÃO OBRIGATÓRIA MATÉRIA CRIMINAL

HABEAS CORPUS



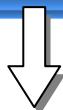
Conforme o mapa estatístico emitido no dia 02/04/2014 e o relato prestado pela supervisora do setor criminal do Juízo em questão, não há processo de *habeas corpus* tramitando na vara correicional.

PROCESSOS COM RÉU PRESO



Com base no mapa estatístico emitido no dia 02/04/2014 e nas informações prestadas pela supervisora do setor criminal do Juízo Correicionado não há processo com réu preso.

PROCESSOS COM EXPEDIÇÃO DE CARTA DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL



De acordo com o que foi relatado pela supervisora do setor criminal, não há processos com expedição de carta de execução de sentença penal na vara correicionada.

PROCESSOS COM SENTENÇA CONDENATÓRIA (COM TRÂNSITO)



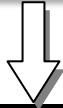
Com fulcro no que foi informado pela supervisora do setor criminal, constam os seguintes processos com sentença penal condenatória com trânsito em julgado no juízo correicionado, quais sejam:

1) 2007.51.04.00858-0: em 22/10/2013 foi proferida, pelo juízo correicionado, sentença condenatória (tipo D) (fls. 210/236), que, em razão da prescrição retroativa ventilada pelo MPF e a sua decorrente carência de interesse processual, ensejou nova sentença extintiva de punibilidade (art. 107, CP) (tipo E1) (fls. 241/242) no dia 13/11/2013 (publicada em 22/11/2013). Verificou-se, outrossim, que há certidão de trânsito em julgado (fl. 243), expedida em 27/11/2013, atestando o referido trânsito em julgado no dia 22/11/2013. Registre-se, ainda, que foi certificada a baixa dos autos (fl. 244) no dia 24/11/2013 e que o processo em questão está apensado ao processo nº

2007.51.04.000878-6. Finalmente, cabe salientar que **não ocorreu o controle de prescrição**.

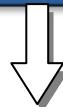
- 2) 2007.51.04.000878-6: em 22/10/2013 foi proferida, pelo juízo correionado, sentença condenatória (tipo D) (fls. 416/442), que, em razão da prescrição retroativa ventilada pelo MPF e a sua decorrente carência de interesse processual, ensejou nova sentença extintiva de punibilidade (art. 107, CP) (tipo E1) (fls. 447/448) no dia 13/11/2013 (publicada em 22/11/2013). Verificou-se, outrossim, que há certidão de trânsito em julgado (fl. 449), expedida em 26/11/2013, atestando o referido trânsito em julgado na mesma data (26/11/2013). Registre-se, ainda, que foi certificada a baixa dos autos (fl. 450) no dia 28/11/2013 e que o processo em questão está apensado ao processo nº 2007.51.04.000858-0. Finalmente, cabe salientar que **não ocorreu o controle de prescrição**.
- 3) 2003.51.04.001913-4: em 20/09/2013 foi proferida, pelo juízo correionado, sentença condenatória (tipo D) (fls. 389/394) (publicada em 26/09/2013), que, em razão da prescrição pela pena em concreto, ensejou nova sentença extintiva de punibilidade (art. 107, CP) (tipo E1) (fls. 399/400) no dia 06/12/2013 (publicada em 19/12/2013). Verificou-se, outrossim, que há certidão de trânsito em julgado (fl. 401), expedida em 15/01/2013, atestando o referido trânsito em julgado no dia 08/01/2014. Registre-se, ainda, que foi certificada a baixa dos autos (fl. 402) no dia 17/01/2014. Finalmente, cabe salientar que o **controle de prescrição estava incompleto**.
- 4) 2009.51.04.003636-5: em 18/02/2013 foi proferida, pelo juízo correionado, sentença condenatória (tipo D) (publicada em 27/02/2013) (fls. 307/320). O TRF2, por sua vez, no acórdão de fl. 361, do dia 10/09/2013, julgou extinta a punibilidade em razão da prescrição retroativa. Verificou-se, outrossim, que há certidão de trânsito em julgado (fl. 449), expedida em 14/10/2013, atestando o referido trânsito em julgado para o réu no dia 10/10/2013. Os autos foram remetidos à 2ª VF de Volta Redonda em 14/10/2013. Consta despacho proferido no dia 08/11/2013 (fl. 371). Registre-se, ainda, que foi certificada a baixa dos autos (fl. 372) e a expedição de ofícios no dia 25/03/2014. Finalmente, cabe salientar que o **controle de prescrição estava incompleto**.

EXPEDIÇÃO E ENCAMINHAMENTO DO BIC:



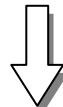
Nos termos das informações prestadas pela supervisora do setor criminal, não há processos com expedição e encaminhamento de BIC (boletim de informações cadastrais) no Juízo correicionado.

CONTROLE DE INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO PENAL:



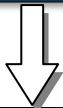
O controle de incidência da prescrição penal foi analisado em todos os processos criminais, fato que pode ser constatado nos demais itens relativos a esses processos.

RECOLHIMENTO DE MANDADO DE PRISÃO A CONTAR DA REVOGAÇÃO:



Com base nas informações prestadas pela supervisora do setor criminal do juízo correionado, não há processos com recolhimento de mandado de prisão.

CARTA PRECATORIA PENAL:



Foram analisadas, por amostragem, as seguintes cartas precatórias penais:

- Cartas precatórias (matéria penal) (classe 28001):

- 1) 0000734-79.2014.4.02.5104: distribuída em 07/03/2014 para a oitiva de uma testemunha arrolada pela acusação e para interrogatório dos (três) réus. A primeira deliberação do juízo deprecado foi assinada eletronicamente em 12/03/2014.
- 2) 0000544-79.2014.4.02.5104: distribuída em 20/03/2014 para a realização da oitiva de 22 testemunhas arroladas pela defesa. A primeira deliberação do juízo deprecado foi assinada eletronicamente em 25/03/2014 (fl. 128) (publicada em 01/04/2014), designando audiência para os dias 14 e 15/05/2014.
- 3) 0000166-63.2014.4.02.5104: distribuída em 30/01/2014 para a oitiva de 2 testemunhas arroladas pela acusação. O primeiro despacho foi assinado eletronicamente em 05/02/2014 (fl. 28) (publicada em 12/02/2014), designando audiência para o dia 19/03/2014.
- 4) 0001693-21.2012.4.02.5104: distribuída em 14/08/2012 para designar audiência para propor a suspensão condicional do processo e a respectiva fiscalização do cumprimento. A primeira deliberação (fl. 09) foi assinada em 04/09/2012. Consta, às fls. 18/20, assentada da aludida audiência de proposta de suspensão realizada no dia 23/10/2012. Foi observado que, se por um lado, o réu cumpriu com o que foi acordado quanto ao comparecimento trimestral ao Juízo (item “c”), por outro lado, **deixou de apresentar os comprovantes de**

4 das 10 parcelas mensais de R\$ 124,00 (cento e vinte e quatro reais) que se comprometeu a pagar, uma vez que consta nos autos, tão somente, as 6 primeiras parcelas (a 6^a parcela, v. g., foi paga em 14/10/2013, quando deveria ter sido paga no mês de abril/2013). Verificou-se, outrossim, que, o setor de distribuição cadastrou a carta precatória em tela como classe 28001 (matéria penal), quando deveria ter classificado como classe 28006 (referente às cartas precatórias de fiscalização das condições de suspensão).

5) 0802523-26.2013.4.02.5101: redistribuída em 10/03/2014 para inquirir uma testemunha de acusação. A primeira deliberação do juízo deprecado foi de 20/03/2014, designando audiência para o dia 08/04/2014. A referida testemunha foi intimada (fl. 226) no dia 24/03/2014.

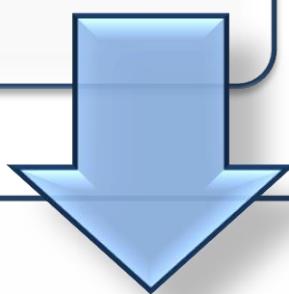
**LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Guilherme de Queiroz Vieira**

Fonte: Mapas - Movimentação Processual da 1^a Instância/Juizado Especial Federal (Sintético e Analítico), constantes do módulo Secretaria, no relatório de Estatística de Processos Distribuídos, do Sistema Apolo, relativos ao mês de ****, Planilha Apolo Excel - Intimados e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Cadastro de Processo.

AUDIÊNCIAS

(De outubro/2013 a abril/2014)

- **TOTAL - 55 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS**, sendo a primeira de 09/10/2013 e a última de 08/04/2014



NÚMERO DE AUDIÊNCIAS REALIZADAS MENSALMENTE

- outubro/2013 - 12
- novembro/2013 - 04
- dezembro/2013 - 07
- janeiro/2014 - 09
- fevereiro/2014 - 11
- março/2014 - 07
- abril/2014 - 05

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Mariluse Bandez Vilardi

Fonte: Mapa - Agenda de Audiências - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo e
SJRJ Intranet Apolo – NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Audiências.

PROCESSAMENTO DE FEITOS (FÍSICOS/VIRTUAIS)

INICIAIS/RECEBIMENTO DA DENÚNCIA



Locais virtuais para iniciais (02):

GAB – INICIAIS e

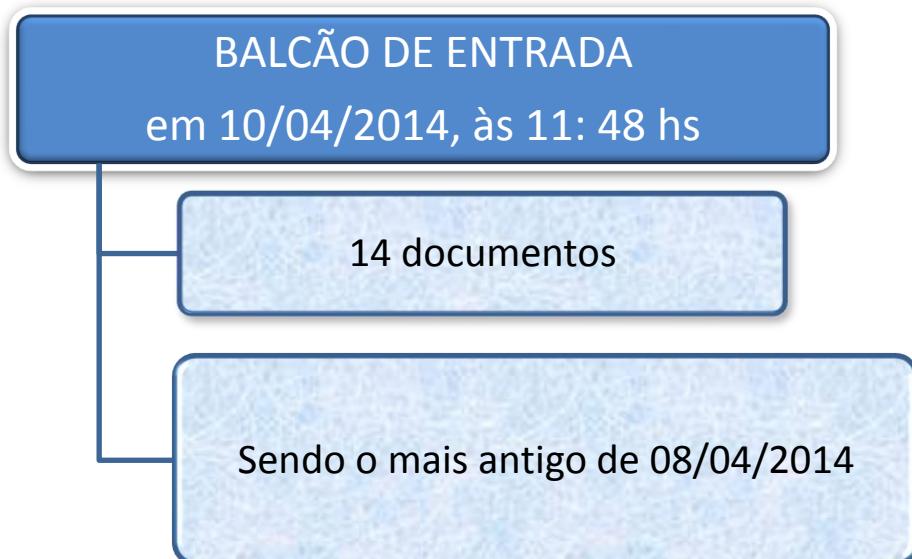
EF - CONCLUSÃO – INICIAIS.

Recebimento da denúncia Setor Cível:

Analisados os processos distribuídos no período de janeiro a abril de 2014, e conforme informado no Questionário de Autoinspeção é feita uma triagem inicial para verificar, nos processos distribuídos, se há urgência ou não; naqueles em que há prioridades é aberta conclusão para despacho, imediatamente, enquanto que nos que não possuem urgência têm seu despacho inicial numa média de 02 a 05 dias.

SETOR CRIMINAL: Conforme informação da Supervisora responsável por este Setor, com o recebimento da denúncia, é imediatamente aberta conclusão para despacho e encaminhamento dos autos ao Juiz, que determina a remessa do processo ao Setor de Distribuição. Neste Setor é formado o processo com 02 volumes, um que é o Inquérito Policial e outro que é a própria Ação Penal, isto se recebida a denúncia. Se recebida a denúncia e se houver proposta do MPF de Suspensão Condicional do Processo, o Juiz determina a citação do réu para audiência admonitória. Caso contrário, o réu é citado no art. 396 do CPP. E o processo tem seu regular andamento.

Fone: Questionário de Autoinspeção. Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário) e módulo Consultas e Relatórios – Processos Distribuídos.



Fonte: Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).

SISTEMÁTICA DE VERIFICAÇÃO DE PREVENÇÃO



Segundo informado no Questionário de Autoinspeção são observados os procedimentos previstos nos artigos 305 a 317 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região.

Segundo o referido Questionário, a vara dispõe de roteiros de legislação e doutrina além de modelos padronizados para auxiliar na elaboração de minutas de iniciais/prevenção, organizados tomando por base, dentre outras referências, os manuais de procedimentos cartorários disponíveis no site da Corregedoria-Regional de Justiça da 2ª Região. No setor criminal as minutas de iniciais são elaboradas pela supervisora do setor, com prioridade.

Foi informado, ainda, que as análises de prevenção e despachos de iniciais do setor cível são minutadas pela diretora de secretaria ou pelo gabinete, sempre

observando prioridade máxima para análise de prevenções e de pedidos de liminar/tutela antecipada.

Setor de Execução Fiscal e Extrajudicial: o setor dispõe de modelos padronizados para a elaboração de minutas de iniciais, após detida análise da exordial e documentos que a acompanham, sendo, ainda, orientado pelos Magistrados nas hipóteses de casos não padronizados.

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

TOTAL DE PROCESSOS CONCLUSOS COM PRAZO VENCIDO: 04



P/DESPACHO:
há mais de 30 dias

- Matéria Cível - 01
- Matéria Penal - 0
- Execução Fiscal - 0

P/DECISÃO:
há mais de 60 dias

- Matéria Cível - 02
- Matéria Penal - 0
- Execução Fiscal - 0

P/SENTENÇA:
há mais de 180 dias

- Matéria Cível - 01
- Matéria Penal - 0
- Execução Fiscal - 0

PROCESSOS CONCLUSOS P/SENTENÇA HÁ MAIS DE 180 DIAS: 01



Processo 01111228320134025104 (final par – 220 dias).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Conclusos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

TOTAL DE PROCESSOS SEM MOVIMENTAÇÃO : 150



ENTRE 31 E 60 DIAS:

- 87

HÁ MAIS DE 60 DIAS:

- 63

Analisados, por amostragem, os processos abaixo relacionados apresentaram regular andamento no decorrer da correição.

Processos sem movimentação há mais tempo constante no mapa de parados extraído em 02.04.2013:

Parados há mais de 60 dias (ímpar):

0001897820034025104;
00022937620114025104;
01131736720134025104;
00018214120124025104;
00012877820044025104;
00016535420034025104;
00024254120084025104;
00018616220084025104;
00032034520074025104.

00015012520114025104;
00039852320054025104;
00008450520104025104;
00315478519974025104;
00015957520084025104;
00001038720044025104;

Parados há mais de 60 dias (Par):

00021901620044025104;
00000864620074025104;
00035662220134025104;
00020204420044025104;
00335524020074025104;
00002682220134025104;

00015125920084025104;
00002942020134025104;
00022986420124025104;
00028864720074025104;
00019805220104025104;
00002702620124025104;

00010367920124025104;
00015023920134025104.

00014764120134025104;

Constatou-se que não há processos parados há mais de 174 dias.

Parados entre 31 e 60 dias (par):

00001268120114025104;
00016245220134025104;
00029363920084025104;
00032309120084025104;
00583200719964025104;
00001268120114025104;
00032688420004025104;
00344101419974025104;
00000549420114025104.

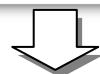
00007588320094025104;
00023766320094025104;
00031107720104025104;
00506363119964025104;
01056125520114025104;
00015702820094025104;
00014102120084025104;

Parados entre 31 e 60 dias (ímpar):

00003972720134025104;
00012854020064025104;
00034875320074025104;
00341616319974025104;
00029858020084025104;
00005315420134025104;
05028618919984025104;
00000792520054025104;
00002154120134025104;
00003254020134025104.

00008379620084025104;
00026996820084025104;
00039679420084025104;
00622494819964025104;
00001695220134025104;
00012191620134025104;
00000096620094025104;
00013056020084025104;

PROCESSOS PARADOS ENTRE 121 E
180 DIAS E HÁ MAIS DE 180 DIAS -
EXECUÇÃO FISCAL: 28



Há um total geral de 28 processos parados, sendo 21 entre 121 e 180 e 07 há mais de 180 dias, conforme mapa de parados desta classe, extraído em 02.04.2014, foram analisados, por amostragem, os feitos abaixo discriminados:

Final ímpar entre 121 e 180 dias (06) – 00010279320074025104; 00043256420054025104; 05015194319984025104; 00012696020094025104; 0020953920114025104 e 00706893319964025104.

Final ímpar há mais de 180 dias (05) – 00023436820124025104; 00580776319964025104; 00025715820034025104 (288 dias); 00004992020114025104 (184 dias) e 00034838420054025104 (187 dias).

Final par entre 121 e 180 dias (15) sendo o mais antigo de outubro/2013, processo 04031143519994025104, (169 dias).

Final par há mais de 180 dias (02) – 00010108620094025104 (288 dias) e 00027481220094025104 (293 dias).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Parados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

DOCUMENTOS PENDENTES DE JUNTADA (Físicos e virtuais)

AGUARDANDO JUNTADA,
EM 10/04/2013

• 11

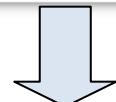
Verifica-se que existem 11 petições pendentes de juntada, sendo 03 do ano de 2013. Em consulta ao sistema Apolo Consultas e Relatórios, constata-se que essas três petições correspondem a processos que se encontram no TRF2 aguardando julgamento de recurso:

Processos: 00028223220104025104 (petição 20137135029902-8);
00012896720124025104 (petição 20137451011735-1) e
00024253620114025104 (petição 20137451016925-4).

Fonte: Sistema Apolo Consultas e Relatórios (petições por data).

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Mariluse Bandez Vilardi

VERIFICAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE
CONTROLE DE PRAZOS JUDICIAIS



Segundo informação da Diretora de Secretaria:

Controle de prazo: SETOR CÍVEL.

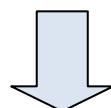
Os processos físicos são organizados em escaninhos divididos por data de publicação /intimação, sendo fiscalizados a cada quinze dias. No que tange aos processos eletrônicos, há um único escaninho virtual de nome “EF-PRAZO”, sendo que no campo “motivo” anota-se a data final do prazo de forma que seja possível ordená-los cronologicamente para melhor fiscalização, conforme exemplificado: “AAAAMMDD”, onde “AAAA” corresponde ao ano, “MM” ao mês e “DD” ao dia. Exemplo : 20140409 – prazo final: 09 de abril de 2014.

SETOR CRIMINAL – CONTROLE DE PRAZO:

Após a publicação os processos são localizados em escaninhos de prazo. Os escaninhos de prazo possuem anotação da data da publicação e a verificação dos prazos ocorre quinzenalmente. O setor recolhe os seus processos para a certificação de prazo.

O setor criminal não possui feitos virtuais, mas processa também as ações civis públicas. Para as ações civis públicas virtuais há um escaninho intitulado “ACP – PRAZO”, que é verificado semanalmente.

CUMPRIMENTO DE ORDEM
(OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS,
RPVs, ETC)



Dando sequência, ao acima informado pela diretora de secretaria:

CUMPRIMENTO DE ORDEM (OFÍCIOS, MANDADOS, ALVARÁS, RPVs).

Nos processos físicos, há escaninhos intitulados “EXP. INTIMAÇÃO; EXP. PENHORA; EXP. CONSELHOS; EXP. URGENTES/PRIORIDADES, EXP. CITAÇÃO;

EXP. OUTROS; EXP. RPV/PRECATÓRIO; EXP. EDITAL, viabilizando, assim, maior controle e celeridade no cumprimento das ordens judiciais.

Com relação aos processos eletrônicos há um escaninho intitulado “EF – EXPEDIÇÃO GERAL”, sendo que no campo motivo há indicação do tipo de ordem, ficando o controle do prazo por conta da data de entrada e/ou no próprio motivo. Por sua vez, os casos de prioridade/urgência são encaminhados diretamente para a mesa eletrônica do servidor responsável pela expedição com o motivo pertinente ao caso. Após a expedição do expediente, o feito aguarda cumprimento da diligência em escaninho próprio “AG DILIGÊNCIAS” cuja data final do prazo é anotada. Há também nos feitos eletrônicos o escaninho “ EF – AG. CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIAS” no qual é indicado no motivo o prazo final de fiscalização.

O setor penal dispõe de 03 (três) escaninhos para a expedição dos mandados, ofícios e cartas precatórias. Há, ainda, um escaninho intitulado “Exp.Urgente/Prioridades”.

Da mesma forma, são 03 (três) os escaninhos que aguardam o cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça. Os escaninhos são verificados regularmente para fins de aferição da necessidade de envio de cobrança acerca do cumprimento de algum expediente.

A expedição de tais documentos é feita com observância dos casos de urgência, tais como processos com oitivas designadas, medidas cautelares e processos constantes na meta do CNJ.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Mariluse Bandez Vilardi

Fonte: Verificação de escaninhos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria. – Locais Virtuais (Autorização de Usuário). Informações prestadas pelo diretor de secretaria.

TOTAL DE PROCESSOS EM SEGREDO DE JUSTIÇA EM 02/04/2014:

60

09 - segredo
absoluto

27 - segredo do
sistema

24- segredo de
peças

- Processos cíveis (execução fiscal):
- Foram analisados, por amostragem, os processos relacionados a seguir, estando todos com regular processamento (todos com identificação na capa dos autos quanto ao tipo de segredo):
- 0053851151996 – desp. fl. 154 - documentos
- 0504687531998 – desp. fl. 229 – documentos
- 05051777511998 – desp. fl. 27 – documentos.
- Os processos (segredo de justiça cível e criminal), documentos e bens acautelados ficam em armário fechado na secretaria da vara, próximo à Diretora de secretaria que fica com a posse das chaves.
- Processos consultados via sistema:
- Segredo de sistema
- 00538511519964025104
- 00565308519964025104
- 00565740719964025104
- 00570054119964025104
- 00600574519964025104
- Segredo de peças
- 00583348819964025104 e 00626980619964025104.

- Processos Criminais

De acordo com o mapa extraído do sistema Apolo em 02/04/2014, há 22 processos criminais com segredo de justiça, sendo certo que a grande maioria

dos feitos são inquéritos policiais e/ou estão com carga para o Ministério Público Federal.

Assim, foram disponibilizados para análise os processos nº 05296901420014025101, 05085349620034025101 e 00033131020084025104, os quais se encontram sem quaisquer irregularidades quanto ao item em tela.

LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -

Fábio Umberto Bloise e Guilherme de Queiroz Vieira

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Segredo de Justiça e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

PUBLICAÇÕES

PUBLICAÇÕES (Mapa de 10/2013 a 04/2014)

- TOTAL de processos publicados: 3.358
- TOTAL de boletins: 163

MÉDIA PROCESSOS/BOLETINS:

- 20,60 PROCESSOS

TEMPO MÉDIO DE DIAS/PUBLICAÇÃO:

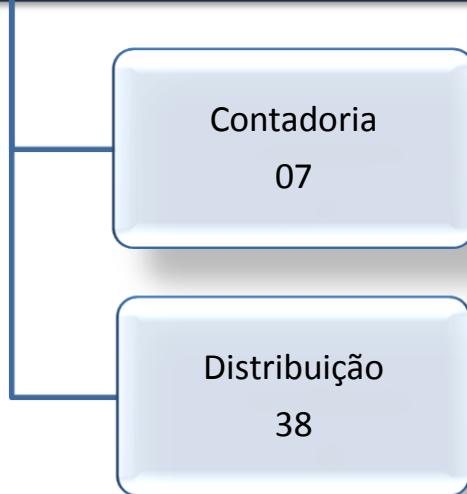
- 15

BOLETINS PENDENTES DE ENVIO:

- 07

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Publicações.

PROCESSOS COM REMESSA INTERNA/PRAZO (em 02/04/14)



LEVANTAMENTO DE DADOS E ANÁLISE EFETUADOS POR -
Mariluse Bandez Vilardi

Fonte: Mapa - Relatório de Processos Recebidos/Remetidos - módulo Consultas e Relatórios, do Sistema Apolo (somente não devolvidos).

SUSPENSÃO DE PROCESSOS

NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS SUSPENSOS: 2825

CIVEIS - 606

CRIMINAIS - 63

EXECUÇÃO FISCAL - 2156

DETERMINAÇÃO JUDICIAL

Presente em todos os processos analisados, por amostragem

• MOTIVO DA SUSPENSÃO

- - Repercussão geral- 93
- - Aguardando decisão de instância superior - 200
- - Art. 366, CPP - 10
- - Art. 89, Lei 9.099/95 - 30
- - Cumprimento Precatório/RPV - 96
- - Embargos à execução - 151
- - Art. 40, caput, Lei 6.830/80 - 01
- - Outros - Fase conhecimento - 07
- - Outros - Fase/processo execução - 41
- - Parcelamento - 14
- - Aguardando julgamento de recurso - 02
- - Outros - Processos criminais - 09
- - Outras suspensões - 15
- - Suspensões (execuções fiscais) - 2.156

Os dados acima foram extraídos do Mapa Suspensos-Apolo de 02/04/2014

Os processos suspensos no setor cível são organizados em duas estantes de ferro, nas quais são destinados 24 escaninhos, classificados conforme o tipo de suspensão (Repercussão Geral, Recursos Repetitivos, Aguarda Julgamento de Recurso, Outras Suspensões, Aguarda Pagamento de RPVs e Aguarda Pagamento de Precatórios.

No setor criminal há 6 escaninhos, em armário de metal, destinados aos processos suspensos.

No setor de execução fiscal os processos suspensos são guardados em caixas numeradas e com identificação do tipo de suspensão e seu respectivo prazo final. As caixas ficam localizadas em um almoxarifado que fica dentro da Secretaria da vara.

Foram analisados, por amostragem, os processos relacionados a seguir, estando todos com processamento regular:

Processos cíveis:

(Recursos repetitivos)

200751040015146 – desp. fl. 159
200851040008341 – desp. fl. 189
200751040011815 – desp. fl. 228
200951040004522 – desp. fl. 84
200851040040133 – desp. fl. 120
200751040017635 – desp. fl. 184
200751040017775 – desp. fl. 221

(Repercussão geral)

200851040039519 – desp. fl. 120
200851040041708 – desp. fl. 158
200451040000154 – desp. fl. 159
200751040019220 – desp. fl. 331
200351040026436 – desp. fl. 403
200651040007558 – desp. fl. 399
200851040035022 – desp. fl. 166

(Ag. Julgamento de recurso)

201051040005577 – desp. fl. 94
201051040005164 – desp. fl. 67
201051040005358 – desp. fl. 73

9700304086 – desp. fl. 348

(Ag. Pagamento RPV/Precatório)
200351040007697 – desp. fl. 605
200651040017722 – desp. fls. 175/176
200651040005264 – desp. fl. 310
200951040019630 – desp. fl. 180

(Outras suspensões)
200751040027112 – desp. fl. 78
200751010334584 – desp. fls. 46 e 49
200951015238910 – desp. fls. 27 e 31.

Processos (execução fiscal):

(Aguardando decisão de instância superior)
200951040013651 – desp. fl. 100
200351040007480 – desp. fl. 282
9700325970 – desp. fl. 184

(Aguardando julgamento de recurso)
9904022240 – desp. fl. 126

(Outras suspensões)
200951040012300 – desp. fl. 48
200751040001500 – desp. fl. 108
200751018158126 – desp. fl. 55
200951040200138 – desp. fl. 62

(Parcelamento)
9904023697 – desp. fl. 89
200351040005172 – desp. fl. 49
200351040020471 – desp. fl. 24
200451040017907 – desp. fl. 42
200451040028310 – desp. fl. 32

(Art. 20, Lei 10522/02)
9600598290 – desp. fl. 70
200651040022924 – desp. fl. 83
200651040022481 – desp. fl. 58
9805041395 – desp. fl. 153
9904028605 – desp. fl. 77

(Art. 40, Lei 6830/80)
9904015376 – desp. fl. 67
200451040004469 – desp. fl. 99
200451040029338 – desp. fl. 97
200751040024469 – desp. fl. 23
200551040028284 – desp. fl. 38

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise

- Suspensão pelo artigo 366 do CPP:

De acordo com o mapa estatístico, emitido no dia 02/04/2014, constam 10 processos criminais suspensos em decorrência do artigo 366 do CPP, sendo certo que todos eles possuem etiqueta na capa dos autos com essa informação.

Quanto ao controle de prazos de prescrição penal, vale dizer que todos os 10 (dez) processos abaixo elencados, apresentam o controle de prescrição previsto no artigo 248 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região (CNCR) (Provimento 011 de 04/04/2011) (inclusive no sistema Apolo). Não obstante, após recomendação da equipe de Correição desta Corregedoria-Regional, a supervisora do setor criminal da vara correacionada elaborou e colou na capa dos autos uma nova etiqueta com a informação acerca da data da determinação judicial da suspensão (pelo art. 366) e a sua respectiva localização nos autos (em que folha consta tal deliberação judicial), bem como a data do término da referida suspensão para fins de controle de prescrição.

Nesse contexto, no que se refere ao item em tela, é de se concluir que os processos a seguir relacionados não apresentam qualquer irregularidade. Vejamos a relação dos 10 (dez) aludidos processos suspensos em razão do artigo 366 do CPP: 00033220620074025104, 00029837620094025104, 00027011920082045104, 00013792720024025104, 00003104220114025104, 00007761220064025104, 00014651720104025104, 00010838720114025104, 00022801920074025104 e 00023263720094025104.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -

Guilherme de Queiroz Vieira

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Suspensos e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

SENTENÇAS

Conforme mapa do sistema Apolo, no período de 02/10/2013 a 02/04/2014, foram proferidas 747 sentenças.

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DE SENTENÇA

Foram analisados, por amostragem, os processos relacionados a seguir, estando todos com regular processamento.

- Processos Cíveis e Execuções Fiscais:

Físicos – 200651040025214 – sentença Tipo A (fls. 168/180)

200851040029241 – sentença Tipo A (fls. 357/363)

9805028615 – sentença Tipo B2 (fls. 394/395)

200651040015040 – sentença Tipo C (fl. 289)

200951040033844 – sentença Tipo A (fls. 264/273)

200751040008786 – sentença Tipo E1 (fls. 447/448)

200951040010418 – sentença Tipo D2 (fls. 239/245)

200651040021701 – sentença Tipo C (fls. 150/152)

200751040008580 – sentença Tipo E1 (fls. 241/242)

200951040036365 – sentença Tipo D (fls. 307/320)

200351040019134 – sentença Tipo D (fls. 389/394).

Eletrônicos – 00012284620114025104 – sentença Tipo A (fls. 1330/1333)

00006274020114025104 – sentença Tipo A (fls. 96/100)

00028943420084025154 – sentença Tipo A (fls. 71/74)

00029609620104025104 – sentença Tipo A (fls. 50/53)

00006407320104025104 – sentença Tipo A (fls. 153/157)

00008161820114025104 – sentença Tipo B2 (fls. 164/169)

00018430220124025104 – sentença Tipo A (fls. 122/129)

00017556120124025104 – sentença Tipo B2 (fls. 34/36)

00014438520124025104 – sentença Tipo A (fls. 106/108)

00028486420094025104 – sentença Tipo B2 (fl. 26)

-Processos criminais:

Foram analisados, com fulcro no que foi informado pela supervisora do setor criminal, os três (únicos) processos criminais com sentença já proferida (que não o do item com sentença condenatória com trânsito) e constatou-se o seguinte:

1) 2006.51.04.002170-1: em 29/10/2013 foi proferida, pelo juízo correicionado, sentença sem resolução de mérito (tipo C) (fls. 150/152) (publicada em 12/11/2013) decorrente da prescrição retroativa e a sua consequente carência de interesse processual. Verificou-se, outrossim, que há certidão de trânsito em julgado (fl. 153), expedida em 03/12/2013, atestando o referido trânsito em julgado no dia 19/11/2013. Registre-se, ainda, que foi certificada a baixa dos autos (fl. 154). Finalmente, cabe salientar que **não havia controle de prescrição**.

- 2) 2009.51.04.001041-8: em 21/11/2013 foi proferida, pelo juízo correicionado, sentença absolutória (tipo D2) (fls. 239/245) (publicada em 03/07/2013). Verificou-se, outrossim, que há certidão de trânsito em julgado (fl. 246), expedida em 30/07/2013, atestando o referido trânsito em julgado no dia 30/07/2013. Registre-se, ainda, que foi certificada a baixa dos autos (fl. 252) no dia 30/10/2013.
- 3) 2009.51.04.002218-4: em 26/02/2013 foi proferida, pelo juízo correicionado, sentença sem resolução de mérito (tipo E) (fls. 199/200) decorrente da prescrição retroativa e a sua consequente carência de interesse processual. Verificou-se, outrossim, que há certidão de trânsito em julgado (fl. 169), expedida em 03/04/2013, atestando o referido trânsito em julgado no mesmo dia (03/04/2013).

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Intimados e consulta ao Sistema Apolo – módulo Secretaria.

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Preferências legais)

Foi relatado no questionário de auto-inspeção e constatado presencialmente que é considerada a ordem de entrada na conclusão e a complexidade das ações, especialmente as incluídas na Meta 2 e Meta 18, e, recentemente, as das novas metas de 2014. São minutados com prioridade, as ações que envolvam idosos, tutelas envolvendo saúde e benefícios previdenciários.

LOCALIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE

Os processos físicos, são localizados no gabinete de cada Juiz, conforme final (par ou ímpar) e colocados na estante, divididos entre matérias e com papeletas indicando o assunto e a data da conclusão. Os virtuais, são localizados nos locais virtuais: "GAB-CONCLUSÃO SENTENÇA" e "SENT ASSUNTO ANO MÊS DIA". Três servidores e um estagiário são destacados para o apoio e organização das sentenças.

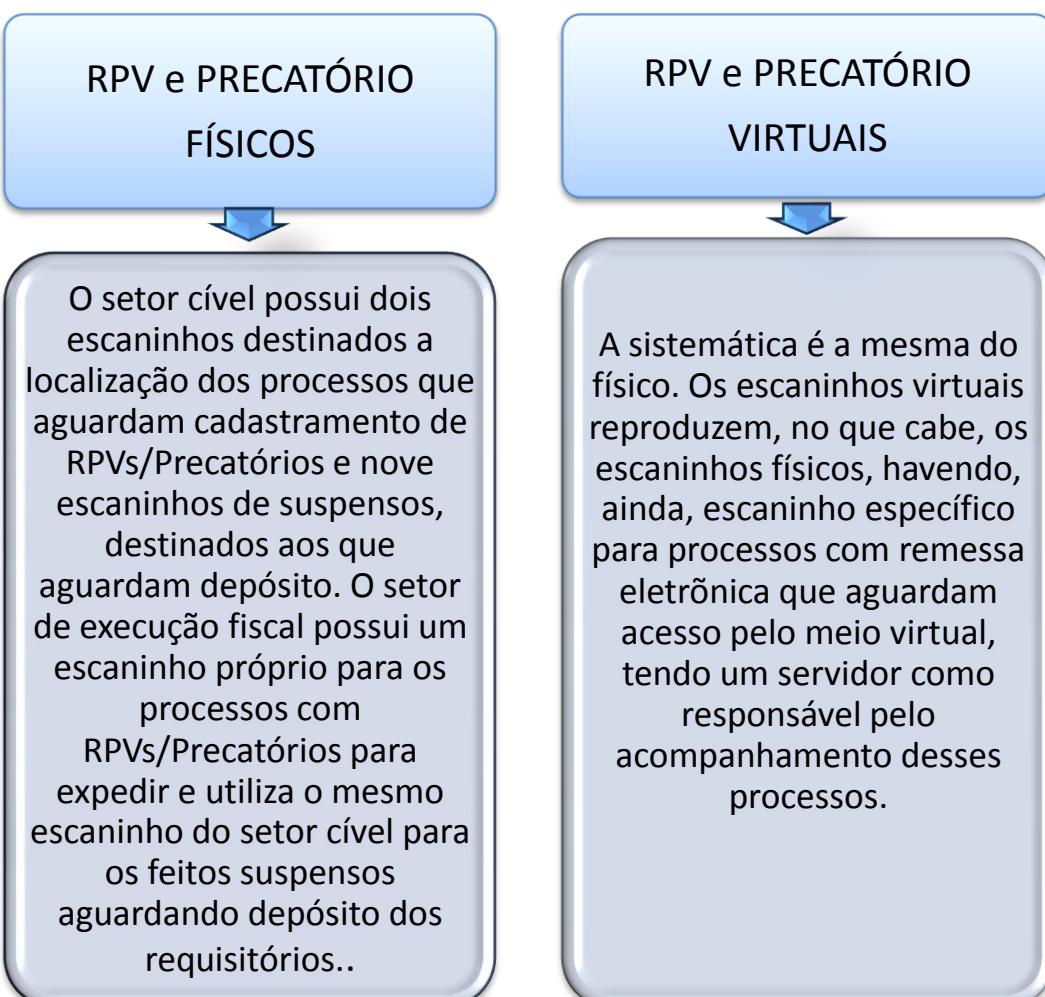
LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise e Guilherme de Queiroz Vieira

Fonte: Questionário de Autoinspeção.

EXECUÇÃO

FASE 18

229 PROCESSOS
EM ABRIL/2014



Foram analisados, por amostragem, os processos relacionados a seguir, estando todos com regular processamento:

Processos aguardando depósito – Precatório:

200951040027250 – fls. 171, 172, 173, 174, 178, 179 e 180

200651040004260 – fls. 98, 99, 101 e 102

200951040022925 – fls. 157, 158, 164 e 165

200151040018765 – fls. 278, 279, 286, 287, 289 e 290

200251040010205 – fls. 383, 384, 389 e 390

200951040021635 – fls. 179, 180, 184, 185 e 186

200751040033630 – fls. 242, 243, 246 e 247

9600563217 – fls. 315, 316, 318 e 319

200851040032604 – fls. 169

200751040038547 – fls. 838.

Processos aguardando depósito – RPV:

200851040021461 – fls. 125 e 127

200751040013071 – fls. 400 e 401

9600618704 – fls. 222 e 223

201051040001729 – fls. 607, 608, 614, 615 e 617

200151040002174 – fls. 252, 253, 254, 255 e 256

201051040012090 – fls. 94, 95, 96, 97 e 98

9700300293 – fls. 139, 140 e 141.

Processos aguardando expedição – RPV:

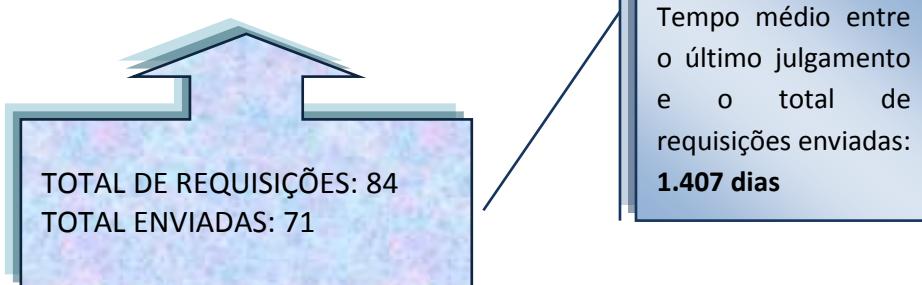
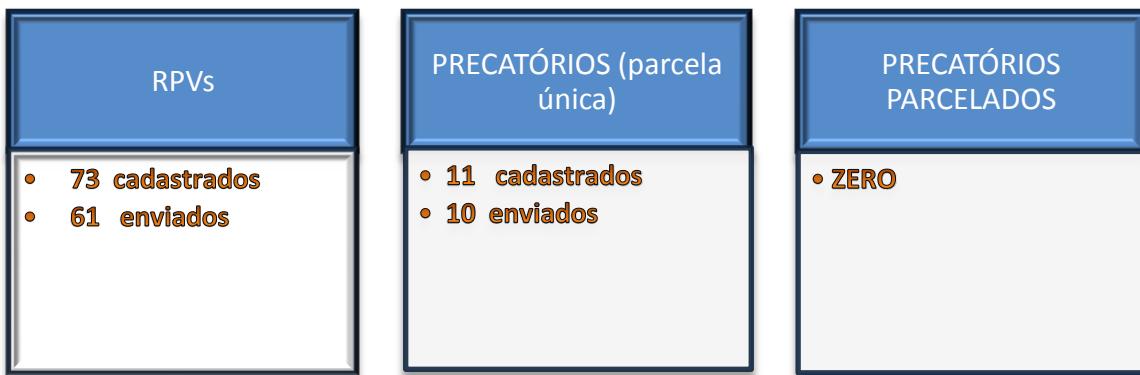
200851040032306 – fl. 127

201151040002600 – fls. 84/85

200851040034959 – fls. 107/108

200951040026189 – fl. 139.

Fonte: Portal de Estatísticas da 2ª Região - Execução de Sentença. Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Locais Virtuais (Autorização de Usuário).



LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise e Mariluse Bandez Vilardi

Fonte: Mapa - Planilha Apolo Excel – Precatório e RPV.

GRANDES DÉBITOS
(Artigos 272 e 273 da CNCR)

Assim informa em seu Questionário de Autoinspeção-2014, Item 3.4.2, letra d: “Os processos expressamente indicados como grandes devedores pelo respectivo exequente recebem processamento em separado, têm prioridade de impulso e são controlados por meio de tabela de verificação periódica obrigatória no Setor de Execuções Fiscais. Também é priorizada a tramitação dos processos com débitos superiores a um Milão de reais (critério do Juízo). Os autos físicos possuem etiqueta na capa e os virtuais possuem identificadores próprios.”

Em correição Ordinária foram confirmadas as informações citadas acima, constatando, ainda, que os processos indicados como grandes devedores recebem processamento em separado, tendo um escaninho próprio após a abertura de conclusão para despacho/decisão. São também identificados com etiqueta na capa na qual consta expressamente a identificação GRANDES DEVEDORES (ART. 272, CNCR/2011). Além da etiqueta de identificação, leva, também, uma faixa vermelha na lateral da capa. Os virtuais possuem identificadores próprios.

Foram analisados, por amostragem, os processos relacionados a seguir, estando todos com regular processamento:

200551040034931,

200851040033013 (embargos),

200751040024585,

200451040019151,

200851040028637,

9904001308,

200951040015659,

200451040009339,

200551040035033.

Fonte: Questionário de Autoinspeção e SJRJ Intranet – Apolo - NPROC – Planilhas Apolo (Excel) – Processos – Grandes Devedores da Fazenda.

PENHORA ON-LINE: Sistema Bacenjud

(Resolução 61/08-CNJ e 21/08-TRF2)

Assim informa em seu Questionário de Autoinspeção-2014, Item 3.4.2, letra e: “Após análise criteriosa do Juízo, o pedido de penhora on line é deferido ou indeferido. Sendo deferido o pedido de penhora de ativos financeiros por intermédio do sistema BACENJUD, é feita a inclusão da minuta de detalhamento dos valores a serem penhorados pelos servidores do setor de Execução Fiscal, bem como pela Direção da Vara e encaminhado ao magistrado para o envio das ações solicitadas.

Há na secretaria escaninho próprio (físico e virtual) para localização cartorária dos feitos com decisão determinando a penhora on line, para cadastro no sistema pertinente.

Há também motivo previamente cadastrado no sistema Apolo identificando o feito acerca da realização da penhora on line pelo magistrado.”

Em Correição Ordinária foram confirmadas as informações citadas acima, constatando que no setor cível possui um escaninho destinado aos processos que aguardam cadastramento de BacenJud e o setor de execução fiscal três escaninhos (sendo que, na presente data, não há processos de execução fiscal aguardando cadastramento de BacenJud).

As minutas de bloqueio/desbloqueio/transferência/consulta de dados são elaboradas na secretaria e os processos são encaminhados ao gabinete dos juízes para verificação e protocolamento.

Foram analisados, por amostragem, os processos relacionados a seguir, estando todos com regular processamento:

- BacenJud já protocolado:

200851040002156 – fls. 78/80,

200451040004688 – fls. 145/147,

200051040002509 – fls. 94/95,
200351040028135 – fls. 133/134,
200051040011950 – fls. 71/73,
200651040009142 – fls. 67/72,
200351040030786 – fls. 994/995 e 996/997.

LEILÕES

(Artigos 270 a 290 da CNCR)

Assim informa em seu Questionário de Autoinspeção-2014, Item 3.4.2, letra f: “Os leilões judiciais são realizados por intermédio do(a) leiloeiro indicado(a) pelo exequente, e designado pela(o) Magistrada(o), conforme a disponibilidade de processos com leilão deferido, sendo que a confecção dos editais é feita pela Vara, bem como as intimações/reavaliações.”

“Os leilões são realizados na modalidade presencial e em conjunto com as demais Varas da Subseção.”

“Não há entidades cadastradas para receberem bens eventualmente adjudicados.”

“As avaliações dos bens penhorados são efetuadas em consonância com os respectivos valores de mercado.”

“Número de feitos que aguardam realização de leilão (levantamento baseado na verificação da listagem elaborada pelo setor de Execução fiscal): 43.”.

Em Correição Ordinária foram confirmadas as informações citadas acima, constatando que os processos incluídos em leilão são previamente digitalizados a fim de facilitar a intimação das partes, dinamizando assim o seu processamento.

Foram analisados, por amostragem, os processos relacionados a seguir, estando todos com regular processamento:

Processos incluídos no último leilão, realizado em 13/11 e 27/11/2013:

00003275420064025104

00007597820034025104

00008726120054025104

00037384220054025104

04028719119994025104

04031671619994025104

04034746719994025104.

Processos aguardando futura designação de hasta pública:

200751040040943 – fl. 34

200251040001319 – fl. 208

200551040007943 – fl. 98

200351040005240 – fl. 77

200551040034168 – fl. 105.

CADASTRAMENTO DE BENS CONSTRITOS

(Artigos 356 a 358 da CNCR)

Assim informa em seu Questionário de Autoinspeção-2014, Item 3.4.2, letra g: “Com o advento do PROVIMENTO Nº T2-PVC-2012/00001 DE 15 DE FEVERREIRO DE 2012, que alterou a redação do artigo 356 da Consolidação de Normas da Corregedoria-Regional da Justiça Federal da 2ª Região, o cadastramento de bens constritos judicialmente, bem como também os casos

de reforço e nova avaliação de bem constrito judicialmente, são efetivados pela secretaria deste Juízo no “cadastro de Bens Penhorados” do sistema de acompanhamento processual APOLO, sendo certificado o referido cadastramento nos autos do processo.”

“A Secretaria tem promovido regularmente a inserção dos dados no respectivo sistema de cadastramento.”

Em Correição Ordinária foram confirmadas as informações citadas acima em entrevista com a Diretora de Secretaria.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -

Fabio Umberto Bloise

Fonte: Questionário de Autoinspeção e Sistema Apolo – módulo Secretaria – Relatório de Bens Penhorados.

LIVROS E PASTAS OBRIGATÓRIOS (ART. 147/151 CNCG)

Assim informa o Juízo da 2ª Vara Federal de Volta Redonda em seu Relatório de Inspeção ordinária anual – 2013, Item 4: “Foram vistoriados todos os livros e pastas existentes na Vara, obrigatórios ou não, não tendo sido verificadas irregularidades dignas de nota.”.

Em correição presencial, além de confirmadas as informações acima transcritas, foram verificados todos os livros e pastas existentes na Vara, totalizando, entre obrigatórios ou não, 17 volumes, todos regulares (com termos de abertura/encerramento e folhas numeradas/rubricadas).

Os livros e pastas ficam acondicionados sob o balcão de atendimento aos advogados, em armário fechado.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise

Fonte: Relatório de Inspeção Anual.

ESPAÇO FÍSICO

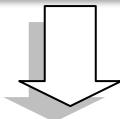
A Justiça Federal está localizada no Centro de Volta Redonda e ocupa prédio comercial de três pavimentos (térreo, 1º e 2º andares). A 2ª Vara Federal de Volta Redonda, ora correicionada, ocupa o 2º andar juntamente com a 3ª Vara Federal, a 2ª JEF, Sala da OAB, Almoxarifado, Coordenadoria de Apoio e sala de Perícias. O espaço físico do Juízo está dividido em amplas salas, sendo a Secretaria, em quatro salas interligadas por arcos e não por corredores, dando unidade ao ambiente de trabalho, permitindo que os setores (cível, execução fiscal e penal), bem como os servidores que ali trabalham, fiquem em permanente contato uns com os outros, inclusive sob o olhar direto da Diretora de Secretaria. Já, as demais salas (Sala de Audiências, Sala de apoio aos Gabinetes, Gabinete do Juiz Titular, Gabinete do Juiz Substituto, Copa/cozinha e Refeitório), que compõem o Juízo da 2ª Vara de Volta Redonda, estão afastadas da Secretaria por um corredor comum do andar. Todos os ambientes que compõem a respectiva Vara possuem banheiros. O mobiliário (mesas, cadeiras e estantes) está bem distribuído, permitindo a livre circulação dos funcionários pelos setores. Quanto aos equipamentos em geral (computadores, impressoras e demais equipamentos que compõem o acervo) são em número suficiente ao bom funcionamento do Juízo, apesar de, em alguns casos, estarem desatualizados, além da substituição das cadeiras comuns por ergonômicas. Constatou-se que as instalações são adequadas, não havendo dificuldades no que se refere a mobilidade. Pessoas portadoras de necessidades especiais tem fácil acesso à secretaria e gabinete dos juízes.

Em complemento ao acima descrito, o seu Relatório de Inspeção anual – 2013, Item 10, informa: “No que se refere à disposição física dos processos e do mobiliário, verificou-se que os mesmos estão dispostos de maneira compatível ao espaço físico, tanto na Secretaria quanto no Setor de Apoio ao Gabinete.

Os processos encontram-se localizados em estantes organizadas por matéria, fase processual ou prazo, separados em escaninhos e com a correspondente localização no sistema informatizado, sendo que os de verificação obrigatória (Res.496/CJF) se encontram acondicionados em escaninhos próprios.”.

LEVANTAMENTO DE DADOS E RELATÓRIO ELABORADO POR -
Fabio Umberto Bloise

METAS FIXADAS PELO JUÍZO A SEREM ATINGIDAS A PARTIR DA AUTOINSPEÇÃO



Segundo o Questionário de Autoinspeção, a meta Geral da Vara é a manutenção da conclusão para despachos no prazo de até 30 dias, para decisões em até 60 dias, para sentença em até 180 dias, sendo no caso de mandado de segurança, prazo de 30 dias, a regularização da juntada de petições e o processamento prioritário dos feitos da Meta 2014, com vistas a seu cumprimento.

No Setor Cível, a reorganização dos escaninhos físicos, relocalização de todos os feitos em Secretaria, separação da conclusão da fase de conhecimento e fase de execução. Metas essas para os próximos seis meses.

No Setor de Execução Fiscal, foram ainda estabelecidas as seguintes metas:

3 MESES: reestruturar o sistema de triagem dos processos devolvidos dos setores internos e externos, bem como capacitar os estagiários a fazê-lo com melhor eficiência; reformular as atribuições dos estagiários; concluir as expedições que estejam aguardando há mais de 60 dias; efetuar todas as pesquisas de penhora on line e RENAJUD pendentes até a presente data;

6 MESES: priorizar a conclusão e elaboração de minutas dos feitos referentes aos embargos à execução fiscal e aos embargos de terceiros, visando celeridade nos julgamentos e diminuição da taxa de congestionamento. Declinar todos os processos distribuídos até a presente data, cujo domicílio do executado à época da propositura da ação, não fosse sede desta Subseção Judiciária, conforme entendimento deste Juízo.

1 ANO: triar ao longo do ano processos eletrônicos e físicos suspensos, a fim de verificar eventual ocorrência de prescrição; realizar leilão judicial de todos os processos que se encontrem nesta fase em 30/09/2014.

No Setor Criminal:

3 MESES: Identificar, com etiqueta na capa dos autos, todos os feitos incluídos na Meta 04 do CNJ; verificar o andamento de todas as Cartas Precatórias expedidas, solicitando informações quanto ao cumprimento; 1 ANO: Finalizar o cadastro de todas as ações penais na planilha de prescrição elaborada pelo juízo.

Destaque-se a boa acolhida por parte do Exmo. Juiz, do Diretor de Secretaria e dos demais servidores lotados no juízo, atendendo com gentileza, profissionalismo, educação e presteza a todas as solicitações, criando um ambiente tranquilo e agradável para a realização dos trabalhos correicionais.



Guilherme de Queiroz Vieira

Mat. 15.447

Mariluse Bandez Vilardi

Mat. 15.716

Fabio Umberto Bloise

Mat. 10.518